STJ00106176

CRISTIANO CHAVES DE FARIAS
FELIPE PEIXOTO BRAGA NETTO
NELSON ROSENVALD

Novo Tratado de RESPONSABILIDADE CIVIL

3ª edição
2018

saraiva jur

STJ00106176

ISBN 978-85-472-3206-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Braga Netto, Felipe Peixoto

Novo tratado de responsabilidade civil / Felipe Peixoto Braga Netto, Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald. – 3. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil. 2. Direito civil - Brasil I. Título II. Farias, Cristiano Chaves de III. Rosenvald, Nelson.

18-0129 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito civil 347(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Sergio Lopes de Carvalho

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Diagramação e revisão Fabricando Ideias Design Editorial
Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Bartira

Data de fechamento da edição: 25-4-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604917 CAE 626530

112654 1

SUMÁRIO

Sobre o tratado: uma palavra dos autores 23

PARTE I – TEORIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Capítulo I – Introdução à responsabilidade civil 29

1 A responsabilidade civil na sociedade de risco 29
1.1 Os riscos e o medo 29
1.2 A resposta pelo olhar da responsabilidade civil 34

Capítulo II – Conceito da responsabilidade civil 37

Capítulo III – Princípios da responsabilidade civil 41

1 Uma breve menção aos princípios 41
2 Princípio da dignidade da pessoa humana 42
2.1 A dupla acepção da dignidade 46
2.2 A dimensão ontológica da dignidade (concepção kantiana) 47
2.3 A dimensão comunicativa / relacional da dignidade (Hannah Arendt) 48
2.4 A dimensão histórico-cultural da dignidade 49
3 Princípio da solidariedade 50
4 Princípio da prevenção 53
5 Princípio da reparação integral 56

Capítulo IV – Evolução histórica da responsabilidade civil 59

Capítulo V – As funções da responsabilidade civil 67

1 A multifuncionalidade da responsabilidade civil 67
2 A função reparatória 68
3 A função punitiva 71
4 A função precaucional 77
5 A prevenção como cerne da Responsabilidade Civil contemporânea 85
6 Há uma responsabilidade civil sem dano ou independente de dano? 87

Capítulo VI – Modalidades de responsabilidade civil 91

1 A clássica dicotomia – responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente "civil") ... 91
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades 93
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial 95

1.3 O concurso de responsabilidades 98
1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial 101
1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato 103
1.4.2 A violação de deveres anexos 106
1.4.3 A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação 107
1.4.4 A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação 113
1.4.5 A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos 117
1.4.6 O terceiro ofendido e a relação obrigacional 118
1.4.7 O terceiro ofensor e a relação obrigacional 123
1.5 Conclusão 127
2 Responsabilidades civil e penal 129
2.1 Introdução 129
2.2 Fundamentos da separação de responsabilidades 132
2.2 A confluência entre os ilícitos penal e civil 135
2.2.1 A culpa no direito civil e no direito penal 136
2.2.2 O dano 139
2.2.3 A tipicidade 141
2.3 A interseção entre a jurisdição civil e a criminal 142
2.3.1 Relativa independência de jurisdições 142
2.3.2 Repercussão civil da decisão penal condenatória 143
2.3.3 Repercussão civil da decisão penal absolutória 145
2.3.4 A Inovação Brasileira – O "Mínimo Indenizatório" 148
2.3.4.1 Antecedentes Históricos 148
2.3.4.2 O sentido da disposição legal 150
2.3.4.3 Critérios para a fixação do mínimo reparatório. 153
2.3.4.4 A vítima como parte civil. 158
2.3.4.5 A Reparação no juízo criminal em números. 163
2.3.4.6 O projeto do novo CPP 165
2.3.5 Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes? 166
2.4 Excludentes de ilicitude 170
2.5 Perspectivas contemporâneas das responsabilidades civil e penal 171
2.5.1 A migração da pena para o direito civil 171
2.5.2 A reparação de danos como *terzo binario* do direito penal 175

Capítulo VII – Pressupostos da responsabilidade civil – teoria subjetiva 183

1 Introdução 183
1.1 Acepções da responsabilidade civil 183
1.2 Pressupostos da responsabilidade civil 185
2 O ilícito civil 186
2.1 A caracterização do ilícito como fato jurídico 186
2.2 A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito 187
2.3 A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito 188
2.3.1 A responsabilidade civil dos incapazes 190
2.4 Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil? 202
2.5 O fato ilícito *stricto sensu* (cláusula geral de ilicitude culposa) 207

STJ00106176

2.6 Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil? 209
2.7 Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito 210
2.8 A prisão civil por alimentos decorrente de ato ilícito 216
2.8 Excludentes de ilicitude civil 217
2.8.1 Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC) 219
2.8.1.1 Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo 220
2.8.1.2 Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo 221
2.8.2 Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930) 222
2.8.2.1 Pressupostos da legítima defesa 224
2.8.2.2 Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente 225
2.8.2.3 Legítima defesa de terceiro 226
2.8.2.4 Legítima defesa putativa 227
2.8.3 Exercício regular de um direito (art. 188, I) 228
2.8.4 Estrito cumprimento do dever legal 230
2.8.5 Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea 231
3 A culpa 232
3.1 A culpa e a responsabilidade civil 232
3.2 A evolução do significado de culpa civil 235
3.3 A culpa presumida 238
3.4 A gradação da culpa 241
3.5 O ilícito e a culpa 245
3.6 A mitigação da reparação por equidade 246
3.7 O renascimento da culpa 251
4 O abuso do direito 256
4.1 O abuso do direito como ato ilícito 256
4.2 Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito? 264
4.3 O abuso do direito como cláusula geral 269
4.4 O intuito de prejudicar é necessário? 270
4.5 As hipóteses legais de abuso de direito 272
4.5.1 Fim econômico ou social 272
4.5.2 Boa-fé 273
4.5.3 Bons costumes 274
4.6 A materialização do abuso do direito 276
4.6.1 O adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) 276
4.6.2 A proibição de comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*) 278
4.6.3 A supressio (Verwirkung) e a surrectio (*Erwirkung*) 280
4.6.4 O *tu quoque* 282
4.6.5 O *duty to mitigate the loss* (o dever do credor de mitigar as próprias perdas) 285
4.6.6 A violação positiva de contrato 287
5 O dano 291
5.1 O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil 291
5.2 O conceito de dano 293
5.3 O dano e a técnica da ponderação de interesses 297
5.4 A travessia do ato ilícito ao dano injusto 301
5.5 A medida dos danos 304

5.6 O dano patrimonial 308
5.6.1 Os danos patrimonial e o pessoal 311
5.6.2 As três espécies do dano patrimonial 312
5.6.2.1 Os danos emergentes (dano positivo) 312
5.6.2.2 Os lucros cessantes (dano negativo) 315
5.6.2.3 A perda de uma chance 319
5.6.2.3.1 Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem 320
5.6.2.3.2 Perda de uma chance de se evitar um prejuízo 324
5.6.2.3.3 Perda de uma chance como espécie de dano emergente 328
5.6.3 A terceira via – o resgate do lucro ilícito (*disgorgement*) 330
5.6.4 Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial 339
5.6.4.1 Dano reflexo ou em ricochete 339
5.6.4.2 Danos certos ou incertos 340
5.6.4.3 Danos presentes e futuros 341
5.6.5 Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis 344
5.6.5.1 Verbas compensáveis 344
5.6.5.2 Verbas não compensáveis 347
5.6.6 A legitimidade para exigir o dano patrimonial 347
5.6.6.1 A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação 348
5.6.6.2 Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar 348
5.6.6.3 Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais? 351
5.6.7 Lesão que cause incapacidade para o trabalho 352
5.7 O dano moral (extrapatrimonial) 356
5.7.1 Introdução 356
5.7.2 O histórico do dano moral: dos embates à aceitação 357
5.7.3 Em busca de um conceito – o que é o dano moral? 359
5.7.3.1 É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento? 360
5.7.3.2 O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana? 362
5.7.3.3 Afinal, o que é o dano moral? 364
5.7.4 Dano moral ou dano extrapatrimonial? 370
5.7.5 Os limites do dano extrapatrimonial. Onde se encontram os "novos danos"? 371
5.7.6 Dano moral – compensação ou indenização? 374
5.7.7 A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta 377
5.7.8 A desmonetarização da reparação pelo dano moral 382
5.7.9 O dano moral por inadimplemento obrigacional 387
5.7.10A titularidade do direito à reparação 390
5.7.10.1 Noções gerais 390
5.7.10.2 A pessoa natural como legitimado ativo 391
5.7.10.3 Os lesados diretos 391
5.7.10.3.1 Os lesados diretos desprovidos de discernimento 392
5.7.10.3.2 O nascituro como lesado direto 394
5.7.10.3.3 O concepturo como lesado direto 398
5.7.10.4 Os lesados indiretos 399
5.7.10.5 O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados? 401
5.7.10.5.1 O dano moral reflexo quando há sobrevivência 408
5.7.10.6 A pessoa jurídica como legitimado ativo 410

5.7.10.6.1 A empresa e o dano moral 410
5.7.10.6.2 O dano institucional como uma terceira via 414
5.7.10.7 Os entes jurídicos despersonalizados 417
5.7.11 O dano moral coletivo 419
5.7.11.1 Introdução 419
5.7.11.2 Nossa opinião – o dano moral coletivo é uma pena civil 426
5.7.12 O dano moral trabalhista 432
5.8 A valoração e a quantificação do dano moral 435
5.9 A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção 445
5.9.1 Linhas gerais 445
5.9.2 A sanção e a reparação 449
5.9.3 A urgência da pena civil 452
5.9.4 As estremas da pena civil 454
5.9.5 Critérios de aplicação da pena civil 458
5.9.6 Óbices à incidência da pena civil 461
5.10 Repercussões materiais e processuais do dano moral 468
5.10.1 Incide imposto de renda sobre os danos morais? 468
5.10.2 Juros e atualização monetária 469
5.10.3 Cabe pedido genérico de dano moral? 475
5.10.4 Condenação em valor inferior ao pleiteado. Verbas de sucumbência 477
5.10.5 Sentença ilíquida 479
5.11 O dano estético 479
5.11.1 Noções gerais 479
5.11.2 Fundamento constitucional 482
5.12 O dano à imagem 485
5.12.1 A tutela da imagem 485
5.12.2 A proteção jurídica da imagem 490
5.12.3 Relativização do direito à imagem: consentimento do titular e lugares públicos 491
5.12.4 A função social da imagem 495
5.12.5 A relativização do direito à imagem das pessoas públicas (celebridades) 497
5.13 A prescrição das pretensões reparatórias 499
5.13.1 A prescrição como fato gerador de uma exceção de direito material 500
5.13.2 A prescrição no CPC/15 504
5.13.3 A prescrição na responsabilidade civil 506
5.13.3.1 A contagem dos prazos 506
5.13.3.2 A repercussão do ilícito penal na contagem do prazo 509
5.13.3.3 O termo inicial no fato do produto e do serviço 514
5.13.3.4 O termo *a quo* da prescrição na jurisprudência 516
5.13.4 Pretensões reparatórias não sujeitas a prazos 518
5.13.4.1 A prescrição da reparação pelo dano extrapatrimonial 519
5.13.4.2 A imprescritibilidade civil do crime de tortura 520
5.13.4.3 A imprescritibilidade civil na improbidade administrativa 523
5.13.4.4 A imprescritibilidade e o dano ambiental 525
5.13.5 O objeto das pretensões reparatórias 528
5.13.5.1 A prescrição no âmbito negocial 528

5.13.5.2 A prescrição e o concurso de responsabilidades 531
5.13.6 A prescrição e o diálogo de fontes 533
5.13.6.1 A demarcação entre o CC e o CDC 533
5.13.6.2 A demarcação entre o CC e o Decreto n. 20.910/32 539
5.13.7 A prescrição, a supressio e o *venire contra factum proprium* 542
5.13.8 O direito intertemporal 546
5.13.8.1 O direito intertemporal na justiça comum 546
5.13.8.2 O direito intertemporal na justiça trabalhista 549
6 O nexo causal 550
6.1 Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil 550
6.2 A concausalidade 554
6.3 Teorias do nexo causal 556
6.3.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais 557
6.3.2 Teoria da causalidade adequada 559
6.3.3 Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade 561
6.4 As excludentes da responsabilidade civil 566
6.4.1 Força maior – o fortuito, interno e externo 567
6.4.2 O fato exclusivo da vítima 572
6.4.3 O fato concorrente e a redução de danos 575
6.4.4 O fato de terceiro 578
6.5 Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva) 582
6.6 Causalidade virtual 587
7 O nexo de imputação 591

Capítulo VIII – Pressupostos da responsabilidade civil – teoria objetiva 597

1 O contexto histórico 597
1.1 As bases da teoria subjetiva 597
1.2 Os reais confins entre as responsabilidades subjetiva e objetiva 599
1.3 O alvorecer da teoria objetiva 601
1.4 As primeiras linhas da teoria objetiva 603
1.5 A estrutura da teoria do risco 606
1.6 A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida? 608
1.7 A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa? 609
1.8 Culpabilidade e causalidade 611
1.8.1 Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar? 612
1.9 A evolução da teoria objetiva no Brasil 614
1.9.1 Fase anterior ao Código Civil de 2002 614
1.9.2 A teoria objetiva no Código Civil de 2002 – uma radiografia do parágrafo único do art. 927 617
1.10 A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva 625
1.11 Código Civil de 2002: risco proveito ou risco criado? 626
1.12 Código Civil de 2002: o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade 631
1.13 A presunção de causalidade na teoria do risco 635
1.14 O risco criado no Código de Defesa do Consumidor 640
1.15 Os riscos desconhecidos 642

STJ00106176

1.16 O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar 644
1.17 A repartição de riscos – o risco concorrente 647
1.18 O risco integral e o risco agravado 651
1.19 O risco de empresa ou do empreendimento 656
1.20 O risco e os profissionais liberais 659
1.21 A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar 664
1.22 A responsabilidade objetiva pura e a impura 667
1.23 O resgate da culpa no século XXI 669
1.24 A securitização da responsabilidade civil 671
1.24.1 Responsabilidade: do individual ao social 671
1.24.2 A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil 674
1.24.2.1 O contrato de seguro 674
1.24.2.2 O seguro privado obrigatório 679
1.24.2.2.1 O DPVAT 679
1.24.2.2.2 O acidente de trabalho 681

PARTE II – PARTE ESPECIAL

Capítulo I – Responsabilidade civil no século XXI 689

1 As realidades dinâmicas e complexas do nosso século: um abismo cultural com o passado? 689
2 O processo cultural de abertura do sistema jurídico: o Estado dos direitos fundamentais e as opções valorativas da Constituição 693
3 Uma reflexão contextualizada: navegando em mares marcados pela interdisciplinaridade e enriquecendo a responsabilidade civil com outros saberes 696

Capítulo II – Responsabilidade civil por fato próprio e por fato de outrem 701

1 Responsabilidade civil por fato próprio 701
2 Responsabilidade civil por fato de outrem 704
2.1 Introdução: um tema teoricamente rico e difícil 704
2.2 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores 708
2.2.1 Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores? 709
2.2.2 Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores 714
2.2.3 Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado? 716
2.3 Danos causados por filhos maiores 718
2.4 Direito de regresso 720
2.5 A responsabilidade civil dos incapazes 721
3 Responsabilidade dos tutores e curadores 724
4 Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados 727
4.1 O dano foi causado em razão da função desempenhada? 730
4.2 Outras questões relevantes 731
4.3 A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador? 733
5 Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais 734
5.1 Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviços 734
5.2 Responsabilidade civil pelo *bullying* 735
5.3 A polêmica questão do direito de regresso 737

STJ00106176

6 Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos 739
6.1 Contextualização normativa e situações possíveis 739
6.1.1 Danos causados a hóspedes 740
6.1.2 Danos causados a empregados do hotel 740
6.1.3 Danos causados a terceiros 741
7 Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime 741

Capítulo III – Responsabilidade civil pelo fato da coisa 743

1 Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas 743
2 Danos decorrentes de animais (CC, art. 936) 746
2.1 Danos causados por animais nas rodovias 748
3 Danos decorrentes de edifício ou construção (CC, art. 937) 749
4 Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (CC, art. 938) 750
4.1 A queda anônima 751
4.2 Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938 752
5 Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos 753
5.1 A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário) 753
5.2 Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa 755
5.3 Outras situações possíveis 757
5.3.1 Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial 757
5.3.2 Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado 759
5.3.3 O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro) 760

Capítulo IV – Responsabilidade civil nas relações de consumo 763

1 O impacto do cdc no direito privado brasileiro 763
2 Diálogo com a Constituição: fundamentos do CDC 766
3 A redução qualitativa da autonomia da vontade na órbita patrimonial 770
4 Princípios aplicáveis à disciplina das relações de consumo 772
4.1 Informação 772
4.2 Vulnerabilidade do consumidor 776
4.3 Solidariedade 778
4.4 Boa-fé objetiva 781
4.5 Equilíbrio nas prestações 783
4.6 Modificação das prestações desproporcionais 786
4.7 Reparação objetiva 788
4.8 Segurança 790
4.9 Reparação integral 794
4.10 Interpretação mais favorável ao consumidor 797
4.11 Adimplemento substancial 798
4.12 *Venire contra factum proprium* 800
4.13 Transparência 801
4.14 Conservação do negócio jurídico 803
4.15 Harmonia nas relações de consumo 804
4.16 Acesso à justiça 807

4.17 Equidade 813
5 Relação jurídica de consumo: compreendendo seus sujeitos 815
5.1 Teorias maximalista e minimalista 815
5.2 Quem são os destinatários finais? 816
5.2.1 Os novos contornos do conceito de destinatário final 818
5.3 Consumidor pessoa jurídica: peculiaridades e presunções 820
5.4 Consumidor por equiparação 821
5.5 Os *bystanders*: rompendo com a visão clássica 824
5.6 Responsabilidade contratual e extracontratual: rumo à superação da dicotomia nas relações de consumo? 824
5.6.1 Exceção: juros de mora 825
5.6.1.1 Responsabilidade contratual 826
5.6.1.2 Responsabilidade extracontratual 826
6 Danos morais nas relações de consumo: perspectiva jurisprudencial 826
7 Responsabilidade civil nas relações de consumo: feições específicas 835
7.1 Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço 836
7.1.1 Vício do produto 837
7.1.2 Vício do serviço 839
7.1.3 Fato do produto 839
7.1.4 Fato do serviço 841
7.2 Perigo intrínseco 841
7.3 Prazo decadencial do vício e prazo prescricional do fato 842
7.4 Outras questões relevantes 844
8 Prescrição e decadência: a disciplina no CDC 847
8.1 Decadência: vício do produto ou serviço 848
8.2 Prescrição: fato do produto ou serviço 850
8.2.1 A teoria da *actio nata* no STJ 853
8.2.2 O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais 854
9 Excludentes de responsabilidade civil: quais são aceitas nas relações de consumo? 855

Capítulo V – Responsabilidade civil e direito à imagem 863

1 Uma época de fotógrafos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como um valor onipresente 863
2 Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas 866
3 Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação 874
4 Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa 879
4.1 Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público 880
4.2 Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa? 882
4.2.1 Responsabilidade subjetiva 882
4.2.2 Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco 884
4.3 Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia? 885
4.4 Critérios de ponderação: a busca de soluções constitucionalmente consistentes 886
4.4.1 Veracidade da informação jornalística 887
4.4.2 Licitude do meio empregado na obtenção da informação 890
4.4.3 Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia 891

4.4.4 Local e natureza do fato 894
4.4.5 Existência de interesse público na divulgação 895
4.4.6 Preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação 898
5 Dano moral e televisão: agressões à imagem na guerra por audiência 899
5.1 Programas de humor 901
6 Biografias não autorizadas 903
7 *Hate Speech* 905
8 Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades 906

Capítulo VI – Responsabilidade civil digital 911

1 Os breves (e espantosos) passos da Internet 911
2 Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterialização dos bens na sociedade da informação 914
2.1 Os múltiplos e simultâneos focos de emissão da informação: mudanças no perfil social do ser humano 916
3 O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo 917
3.1 Características colaborativas do universo digital: da Wikipédia ao *crowdfunding* 919
4 Uma multiplicidade crescente de negócios jurídicos praticados via Internet 920
4.1 Pensando o CDC para o comércio eletrônico 922
4.2 O olhar jurisprudencial brasileiro para a Internet 923
4.3 O novo comércio eletrônico na atualização do CDC 925
5 O mundo virtual e seus danos (muito reais) 927
5.1 O *cyberbullying* 931
6 Responsabilidade civil dos provedores: especificidades 932
6.1 Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas 932
6.2 Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas 936
6.3 Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas 939
7 Marco Civil da Internet 940

Capítulo VII – Responsabilidade civil e atitudes discriminatórias 945

1 A repulsa da Constituição às condutas discriminatórias 945
1.1 Discriminações em virtude do gênero 946
1.2 Discriminações em virtude da cor da pele 948
1.3 Discriminações em virtude das opções sexuais 952
1.4 Discriminações em virtude da origem geográfica 956
1.5 Discriminações em virtude de opções religiosas 957
1.6 Discriminações em virtude de condições físicas, idade etc. 960
2 Liberdade para quê? um progressivo amparo jurídico-constitucional dos aspectos existenciais da vida humana 964
3 Em defesa do pluralismo: o espaço jurídico da valorização da diferença 966

Capítulo VIII – Responsabilidade civil dos fabricantes de cigarros 969

1 Uma reflexão contextualizada: privatização dos lucros e a socialização dos custos? 969
2 O Estado como vítima dos danos causados pelo cigarro 970
3 A questão da licitude da atividade: o lícito como causa de danos indenizáveis 972
4 A questão da boa-fé: continuaremos a aceitar porque "sempre foi assim"? 975

STJ00106176

5 Fato exclusivo da vítima? a complexa questão da excludente 979
6 Há cumprimento dos deveres de informação? 982
7 Aplicação do CDC 985
8 Separando argumentos através de frases sínteses 987
8.1 Contextualização normativa, histórica e funcional do conceito de defeito 988
8.2 Trazendo o conceito de risco para o diálogo 990
8.3 O abuso de direito como fato jurídico com amplo espectro de eficácia 993
8.4 Trazendo para a discussão um argumento comparativo: a teoria do risco do desenvolvimento 995
9 Repensando o nexo causal: novas tendências e mais amplas perspectivas 996
10 A questão do dano extrapatrimonial coletivo: chegaremos lá em relação aos cigarros? 1003

Capítulo IX – Responsabilidade civil ambiental 1007

1 As novas bases éticas do direito ambiental 1007
2 A definição dos rumos ambientais brasileiros pela Constituição de 1988 1010
3 Princípios de espectro temático mais amplo: funcionalizações no direito ambiental 1014
3.1 Dignidade da pessoa humana 1014
3.2 Solidariedade social 1015
4 Princípios relativos à responsabilidade civil ambiental 1017
4.1 A lógica de se antecipar aos danos: precaução e prevenção no direito ambiental 1017
4.2 O risco como mecanismo deflagrador de dever de proteção 1019
4.2.1 Princípio da prevenção 1020
4.2.2 Princípio da precaução 1021
4.3 Poluidor-pagador e usuário-pagador 1023
4.4 Princípio da participação: construção da dimensão participativa do direito ambiental 1025
4.5 Outros princípios possíveis na matéria 1026
5 Dano ambiental de A a Z 1029
5.1 O que são danos ambientais? Construindo horizontes de sentido 1031
5.2 Danos ambientais extrapatrimoniais: as lesões difusas que afetam a qualidade de vida da comunidade 1034
5.3 Construindo estruturas probatórias mais maleáveis: as inversões e as presunções 1036
6 A responsabilidade civil ambiental na sociedade de risco: singularidades, pressupostos e novas funções 1039
6.1 De que direito civil estamos falando? Ajustando a escala de comparação 1045
6.2 Antigas estruturas e novas funções: um novo olhar para o nexo causal 1046
7 Há responsabilidade por risco integral no direito ambiental? 1052
7.1 Qual o modelo conceitual adotado no direito ambiental brasileiro? Risco agravado ou responsabilidade objetiva agravada 1056
7.2 Hipóteses que realmente perfazem risco integral 1060
8 Transformações nos deveres jurídico-ambientais do Estado 1063
8.1 Deveres estatais de proteção: ampliando a qualidade do agir estatal 1066
9 Nosso direito ambiental é antropocentrista? 1068
9.1 Um novo olhar para os animais? 1071

Capítulo X – Responsabilidade civil no direito das famílias 1077

1 As famílias 1077

1.1 Modelando a importância e a feição das famílias 1077
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos 1079
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade) 1081
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família) 1083
1.5 A interdisciplinaridade e a responsabilidade civil 1085
2 Responsabilidade civil entre cônjuges, companheiros e conviventes 1086
2.1 Primeiras linhas – o amor nos tempos do cólera 1086
2.2 O dano horizontal – de um convivente a outro 1088
2.3 O dano transversal – o terceiro ofensor 1092
2.4 A tutela preventiva do ilícito na afetividade 1097
2.4.1 A tutela inibitória específica 1097
2.4.2 A tutela inibitória na violência doméstica – a Lei Maria da Penha 1100
3 Responsabilidade civil vertical – pais × filhos 1103
3.1 Estado da arte 1103
3.2 A responsabilidade civil por omissão de cuidado 1105
3.2.1 A primeira travessia: do abandono afetivo ao ilícito de omissão de cuidado 1105
3.2.1.1 A omissão de cuidado inversa 1110
3.2.2 A segunda travessia: do ilícito à responsabilidade civil 1113
3.2.2.1 Os pressupostos da responsabilidade civil pela omissão do cuidado 1113
3.2.2.1.1 A culpa 1113
3.2.2.1.2 Dano injusto 1116
3.2.2.1.3 Nexo causal 1118
3.2.2.2 Críticas à responsabilidade civil por omissão de cuidado parental 1119
3.2.3 A última travessia: da responsabilidade civil à pena civil parental 1123
3.2.3.1 A pena civil 1124
3.2.3.2 A pena civil parental 1127
3.2.3.3 A tutela inibitória parental 1130
3.3 A responsabilidade civil pela alienação parental 1134
3.3.1 O ilícito de alienação parental 1135
3.3.2 As sanções ao ilícito da alienação parental 1136
3.4 O dano moral pelo inadimplemento alimentar 1139
3.4.1 Técnicas processuais voltadas à tutela do credor alimentar 1139
3.4.2 O ilícito alimentar em perspectiva ampla 1141
3.4.3 A conversão do ilícito alimentar em dano moral 1143
3.5 A Lei da palmada – a tutela inibitória da violência infantojuvenil 1148
3.5.1 A aparente motivação da Lei n. 13.010/14 1149
3.5.2 A real motivação da Lei n. 13.010/14 1150

Capítulo XI – Responsabilidade civil do Estado 1155

1 A responsabilidade civil do estado na pós-modernidade: princípios orientadores 1155
2 A teoria do risco administrativo 1163
2.1 O forte componente jurisprudencial 1164
2.2 Irrelevância da licitude do ato estatal 1166

STJ00106176

2.3 Atos de império e atos de gestão: distinção superada 1168
3 Quem são os agentes públicos? 1169
3.1 Alargamento conceitual e questões conexas 1170
4 Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos . 1178
4.1 As chaves hermenêuticas relevantes 1178
4.2 Distinguindo atividade econômica de serviço público 1180
4.3 Serviços públicos sociais 1181
5 Excludentes da responsabilidade civil estatal 1182
6 Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal 1190
7 Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade? 1193
8 Responsabilidade civil do estado por atos legislativos 1196
8.1 As distorções funcionais do legislativo e as manifestações populares 1196
8.2 Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis 1198
8.3 Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa 1201
8.4 Imunidade parlamentar 1203
8.4.1 Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material 1203
9 Responsabilidade civil por atos judiciários 1205
9.1 Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos 1207
9.2 Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos? 1209
9.3 A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial? 1210
10 Responsabilidade civil do Estado por omissão 1210
10.1 Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva? 1211
10.2 O nexo causal na responsabilidade civil por omissão 1215
10.2.1 O Estado tinha o dever de evitar o dano? 1218
10.2.2 A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana 1219
10.2.2.1 Que perguntas podemos fazer? 1221

Capítulo XII – Responsabilidade civil do transportador 1227

1 Contextualização: as dimensões sociais do problema 1227
2 Os primeiros passos normativos e jurisprudenciais da matéria no Brasil 1229
3 Deveres de pontualidade, cortesia e eficiência 1230
4 Diálogos entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil 1231
5 Quem são as vítimas? Precisando modelos conceituais 1233
6 Quando se inicia a proteção da cláusula de incolumidade? 1234
6.1 A incolumidade não é apenas física, mas também psicológica 1235
7 Transporte desinteressado ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta? ... 1236
8 A reavaliação conceitual das excludentes de responsabilidade civil 1238
9 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes 1239
10 Quais os reais contornos do fortuito interno no transporte de pessoas? 1241
11 A questão do fato de terceiro 1242
11.1 Distinguindo causa de ocasião do dano 1243
12 Foi por 20 centavos? 1244
13 Responsabilidade civil no transporte aéreo 1247
13.1 Novas questões acerca da aplicação da Convenção de Varsóvia e demais normas aplicáveis. 1248
13.2 Uma consideração progressivamente severa acerca das excludentes 1252

STJ00106176

13.3 Vítimas passageiros e vítimas não passageiros: a questão do terceiro não usuário 1253
14 Responsabilidade civil no transporte de cargas 1254
14.1 O Brasil como campeão mundial no roubo de cargas 1256
14.2 O roubo da carga exclui a responsabilidade civil do transportador? 1256
14.3 A questão dos seguros 1257
14.4 Outros aspectos conexos 1258

Capítulo XIII – Responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários e securitários 1259

1 Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital 1259
2 Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC 1260
3 Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos 1262
4 Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes 1265
4.1 Cartões de crédito e débito 1266
4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados 1269
4.3 Fraudes ocorridas na Internet 1270
4.4 Outras situações de danos indenizáveis 1271
5 Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade 1275
5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente? 1276
5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos? 1277
6 Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC 1278
7 Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais 1279
8 Inscrição indevida em cadastros negativos 1280
9 Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes 1282

Capítulo XIV – Responsabilidade civil na área médica 1289

1 A saúde no estado dos direitos fundamentais 1289
2 A medicina do século XXI: avanços e perspectivas 1293
3 Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades 1295
4 A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização 1300
5 A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica 1305
5.1 Perda da chance e atividade médica 1307
6 A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC 1309
6.1 Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea 1312
7 Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial 1317
8 Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde 1320
8.1 Serviços públicos sociais × serviços de relevância social 1322
9 Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos 1323
9.1 Obrigações de meio 1323
9.2 Obrigações de resultado 1324
9.2.1 Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente 1325

STJ00106176

9.2.2 Procedimentos de natureza mista 1327
9.3 A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos? 1327
10 Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria 1330
11 Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais 1332

Capítulo XV – Responsabilidade civil dos advogados 1337

1 Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo 1337
2 Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória 1340
2.1 Dever de sigilo: o que compreende e até aonde vai 1342
3 Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima? 1343
4 Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados 1346
5 Seguro de responsabilidade civil 1348
6 Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo 1349
7 A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ 1351

Capítulo XVI – Responsabilidade civil dos construtores 1357

1 Construção civil: crescimento e contextualização social 1357
2 Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, CC e Lei n. 4.591/64) 1358
3 Incorporação imobiliária (Lei n. 4.591/64) 1359
4 Empreitada (CC, arts. 610 a 626) 1361
5 Responsabilidade pela solidez e segurança da obra 1364
6 A chamada Lei Anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei n. 12.846/13 1366

Capítulo XVII – Responsabilidade civil das empresas de estacionamento e demais encarregados da guarda ou vigilância de veículos 1371

1 Um amor (brasileiro?) por carros 1371
2 Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros 1371
3 Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes 1374
4 Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos 1376
5 Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc. 1379
6 Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público 1381
6.1 A questão da chamada "faixa azul" 1382
7 Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos 1384

Capítulo XVIII – Responsabilidade civil automobilística 1387

1 Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 50 mil mortes por ano 1387
2 Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada 1391
3 Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria 1393
4 Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística? 1394

STJ00106176

4.1 A teoria do risco pode ser, em alguma hipótese, aplicável à responsabilidade civil automobilística? 1395
5 Questões específicas da responsabilidade civil automobilística 1396
5.1 O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor? 1396
5.2 Danos causados na condução de carros roubados ou furtados 1399
5.3 Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito 1401
5.4 Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado 1402
5.5 A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo 1403
5.6 A prioridade para ambulâncias é absoluta? 1404
5.7 Semáforos sem funcionar e situações equivalentes 1406
5.8 Outras questões conexas 1406
6 A questão da culpa e do nexo causal: analisando situações específicas 1406
7 Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração 1413
8 Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico 1416

Capítulo XIX – Novos temas 1419

1 A chamada Lei Anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei n. 12.846/13 1419
2. A responsabilidade civil dos notários e registradores e a Lei n. 13.286/16 1423

Referências 1427